



Varia Historia

ISSN: 0104-8775

variahis@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais
Brasil

ALVES CARRARA, ANGELO

Antes das Minas Gerais conquista e ocupação dos sertões mineiros

Varia Historia, vol. 23, núm. 38, julio-diciembre, 2007, pp. 574-596

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384434821023>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

re^odalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Antes das Minas Gerais

conquista e ocupação dos sertões mineiros*

Before Minas Gerais

conquest and occupation of the captaincy's hinterland

ANGELO ALVES CARRARA

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professor do Departamento de História/UFJF

Campus Universitário, Bairro Martelos - Juiz de Fora/MG

Cep: 36036-900

carrara@pq.cnpq.br

RESUMO Neste artigo passa-se em revista a história da conquista e ocupação das terras do vale do São Francisco, cuja trama há quase um século adquiriu sua versão definitiva na historiografia tradicional, em vários capítulos a respeito a) da “expansão geográfica”, como em Basílio de Magalhães; ou b) da “história territorial”, por Felisbello Freire; ou c) dos “caminhos antigos e povoamento do Brasil”, como em Capistrano de Abreu, autor que, se não o primeiro, sem dúvida foi o que mais influenciou na tessitura do enredo. Aqui, contudo, os objetivos são distintos, apesar de suas fontes arquivísticas permanecerem inescapavelmente as mesmas. Parte-se do pressuposto de que, na segunda metade do século XVII, encerrou-se o processo de conquista do território às tribos indígenas estabelecidas na margem direita do alto-médio São Francisco. Sob esta perspectiva, ao invés de repetir, mais uma vez, a história das expedições ao interior do Brasil, o que aqui se busca é encontrar o lugar que estas expedições ocuparam nesse processo

* Artigo recebido em:03/07/2006. Aprovado em: 20/10/2006.
(Esta pesquisa contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG)

de conquista e ocupação territorial, que logo em seguida tornaram possível a articulação, tanto da costa com os sertões, quanto dos diferentes sertões entre si.

Palavras-chave sertão, Minas Gerais, expansão territorial

ABSTRACT This article aims at reviewing the history of the conquest and occupation of the San Francisco river valley, in Minas Gerais. The definite version of which was established more than a century ago, in several chapters concerning a) the geographical expansion, as named by Basílio de Magalhães; or b) the territorial history, by Felisbello Freire; or c) the ancient routes and settlement of Brazil, as in Capistrano de Abreu. Here, meanwhile, the objectives are quite different, despite their archival sources be inescapably the same. It is assumed that in the second half of the sixteenth century the process of conquest of the territories occupied by indian tribes settled in the right bank of the San Francisco river had come to an end. Under this prospect, in spite of repeating once more the history of the expeditions to the interior of Brazil, what interests here is to explore the place these expeditions had in this process of conquest and territorial occupation, which soon after became possible the linkage of the coast regions with the “sertao” (hinterland), and even amongst the different “sertoes”.

Key words hinterland, backwoods, *sertao*, Minas Gerais, territorial expansion

Em trabalhos anteriores, busquei estudar os processos de ocupação da terra e constituição da estrutura fundiária nos sertões mineiros ao longo do período colonial.¹ Os dois movimentos de ocupação territorial que no século XVII convergiram para Minas – um, a partir de São Paulo, e outro, do Piauí – tiveram uma continuidade curiosa: a constituição de duas grandes áreas cujas personalidades geográficas e históricas recobriam o roteiro original. Uma, amalgamava o sul de Minas a São Paulo; outra área, muito mais extensa, constituía um espaço econômico muito particular: a região formada pelo *extremo sul do Piauí, o oeste da Bahia e o noroeste de Minas Gerais*, que começaram na mesma época a ser efetivamente ocupados em torno do eixo de gravidade comum: a produção aurífera goiana. Este grande sertão,

1 CARRARA, Angelo Alves. *Agricultura e Pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997 (História, tese de doutorado), e em CARRARA, Angelo Alves. *Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais*; séculos XVIII e XIX. Mariana: Edufop, 1999.

ponto de confluência de outros – maranhenses, piauienses, pernambucanos, baianos, mineiros e goianos, já foi estudado em outro lugar.²

Pretende-se agora passar em revista a história da conquista e ocupação das terras do vale do São Francisco, cuja trama há quase um século adquiriu sua versão definitiva na historiografia tradicional, em vários capítulos a respeito a) da “expansão geográfica”, como em Basílio de Magalhães; ou b) da “história territorial”, por Felisbelo Freire; ou c) dos “caminhos antigos e povoamento do Brasil”, como em Capistrano de Abreu, autor que, se não o primeiro, sem dúvida foi o que mais influenciou na tessitura do enredo. O conteúdo desta história foi progressivamente se alargando com a incorporação de uma ou outra “peça documental” corroboradora ou contraditória do argumento original: inicia-se com o prontuário das entradas e bandeiras que, em Minas, a expedição de Espinosa inaugura no meio do século XVI, e encerra-se com a fixação dos currais de gado de Matias Cardoso e dos Figueiras, nos fins do século XVII, já na interseção com a história da mineração.³

Sem dúvida, é uma história bem contada. Aqui, contudo, os objetivos são distintos, apesar de suas fontes arquivísticas permanecerem inescapavelmente as mesmas. Parte-se do pressuposto de que, na segunda metade do século XVII, encerrou-se o processo de conquista do território às tribos indígenas estabelecidas na margem direita do alto-médio São Francisco. Sob esta perspectiva, ao invés de repetir, mais uma vez, a história das expedições ao interior do Brasil, o que aqui se busca é encontrar o lugar que estas expedições ocuparam nesse processo de conquista e ocupação territorial, que logo em seguida tornaram possível a articulação, tanto da costa com os sertões, quanto dos diferentes sertões entre si.

Apesar de as fontes documentais que fundamentaram as histórias das expedições já terem sido amplamente compulsadas, e em sua quase totalidade publicadas, o retorno a elas é indispensável, tendo em vista a necessidade de que os dados que elas trazem sejam arranjados sob a perspectiva aqui proposta. Por exemplo, as “entradas e bandeiras” constituem tradicionalmente um capítulo da história do Brasil a que, além da perpetuação dos nomes de alguns personagens mais ilustres, responsáveis pelo alargamento das fronteiras do Brasil, ligam-se outros eventos, especialmente

2 Cf. CARRARA, Ângelo A. Paisagens rurais de um grande sertão: a margem esquerda do médio São Francisco nos séculos XVIII a XX. *Ciência e Trópico*, Recife, v.29, p.61-124, 2001.

3 São obras de síntese: ABREU, João Capistrano de. Os primeiros descobridores de Minas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.6, p.365-377, p.375, 1901 [artigo originalmente publicado em 1887 n° 1 *A Semana*, do Rio de Janeiro, sob o título “Notas para a nossa história”]; FREIRE, Felisbelo. História territorial do Brasil. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 1906 [reedição facsimilar recente: Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998]; MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil colonial*. 2ª.ed. São Paulo: Nacional, 1935 [originalmente publicado no v.2 dos *Anais do I Congresso de História Nacional*, sob o título Expansão geográfica do Brasil até fins do século XVII; separata da Imprensa Nacional, de 1915]; TAUNAY, Afonso de Escragnoles. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1924-1950, 10 vol.; CALÓGERAS, João Pandiá. *As minas do Brasil e sua legislação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904-5.

os do “ciclo da caça ao índio” e os da “jornada das esmeraldas”. Contudo, a documentação de que esse capítulo se nutre fornece igualmente dados para o conhecimento dos *caminhos* percorridos por estas expedições, e em larga medida a elas pré-existentes. Pode-se, assim, inverter os termos da história da “expansão territorial do Brasil”, e contar a história dos caminhos por meio das expedições.

Alguns desses caminhos tiveram vida efêmera e não chegaram a se consolidar como roteiros duradouros de acesso aos sertões de Minas e da Bahia, ao passo que outros perduraram por mais de três séculos. Antes, testemunharam os episódios da “história geral da busca por metais e pedras preciosas”, e da “história particular da jornada das esmeraldas”. Entre eles há em comum o fato de que todos constituíram uma combinação de rotas terrestres e as vias naturais que constituíam os rios: “não há fio de Ariadne comparável a rio”.⁴ Já a escolha das rotas terrestres encerra maiores dúvidas. Orville Derby lançou uma hipótese extremamente sugestiva a este respeito: “de que o sertão era cortado por estradas dos índios”, pelas quais “comunicavam entre si os índios de diversas tribos relacionadas, ou grupos destacados de uma mesma tribo”.⁵

A exploração do alto-médio São Francisco

Os primeiros relatos escritos no Brasil a respeito do São Francisco, ao qual “chama o gentio o Pará”, assinalam que este rio era “mui nomeado entre todas as nações, das quais foi sempre muito povoado, e tiveram uns com outras [nações] sobre os sítios grandes guerras, por ser a terra muito fértil pelas suas ribeiras, e por acharem nele grandes pescarias”.⁶ Há de se notar a relativa demora com que sua seção até a cachoeira de Paulo Afonso foi explorada, haja vista as facilidades que sua navegação até esse ponto oferecia. Mais ainda, o fato de que os cronistas ainda repassavam informações envoltas em lendas.

Gândavo, ao tratar da cachoeira de Paulo Afonso, afirma que acima dela “se mete o mesmo rio debaixo da terra e vê sair daí uma légua”. Segundo o autor, o São Francisco “procede de um lago mui grande que está no íntimo da terra, onde afirmam que há muitas povoações, cujos moradores (segundo fama) possuem grandes haveres de ouro e pedrarias.” Escrevendo dez anos depois, Gabriel Soares também confirmava que é “pública fama entre eles [os índios], que há uma lagoa mui grande no interior da terra donde procede

4 ABREU, João Capistrano de. Os primeiros descobridores de Minas, p.365-377, p.375, 1901.

5 DERBY, Orville. O roteiro de uma das primeiras bandeiras paulistas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.4, p.319-350, p.341-343, 1899; cf. também DERBY, Orville. As bandeiras paulistas, de 1601 a 1604. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.8, p.399-413, 1903.

6 SOUZA, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brasil [1587]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, rio de Janeiro, v.14, p.40-41, 1851.

o rio São Francisco". Além desta lagoa grande, sem dúvida a origem da encantada Vapabuçu (do tupi ipawa, "lagoa", uçu, "grande"), acreditava-se na existência de um "sumidouro, que pode estar da cachoeira [que estará da barra 20 léguas, pouco mais ou menos] oitenta ou 90 léguas". Segundo o cronista, "este sumidouro se entende no lugar onde este rio sai de debaixo da terra, por onde vem escondido 10 ou 12 léguas, no cabo das quais arrebenta até onde se pode navegar e faz seu caminho até o mar".⁷

Ainda em 1610, o padre Jácome Monteiro relatava que o rio de São Francisco "navega-se até 70 léguas e daí por diante não, por respeito de uma cachoeira que terá de altura mais de 400 braças, da qual se lança com um medonho estrondo. Querem os naturais que tenha sua nascente na mesma lagoa donde rebenta o Rio da Prata".⁸

Estes relatos contrastam profundamente com a declaração de Diogo Moreno, em 1612, de que, apesar de sua nascente ser ainda desconhecida, pelo São Francisco ter-se-ia já navegado mais de 300 léguas (ca. 2000 km), "até que, espantados da multidão de gentios que encontraram, tornaram-se atrás os navegantes".⁹ Se a informação que o autor apresentou estiver correta, alguma expedição anterior a 1612 já teria atingido o rio Carinhanha. Em menos de um século depois, pelas mesmas 300 léguas, o São Francisco já estava *descoberto de uma e outra banda [e] povoado*.¹⁰

Os relatos de viagens exploratórias do curso do São Francisco são escassos. No século XVI, um certo Bastião Álvares, "que se dizia do Porto Seguro", segundo Gabriel de Souza, foi mandado "entrar por este rio acima" pelo governador geral Luís de Brito de Almeida, "no que gastou quatro anos e um bom pedaço da fazenda d'El-Rei, sem poder chegar ao sumidouro [do rio São Francisco] ... e por querer fazer esta jornada contra a água". O mesmo não sucedeu a de João Coelho de Souza, que "chegou acima

7 GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil* [ca.1568]. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EdUSP 1980, p.63-5 (cap.9); cf. também GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, esp. o cap. 2. Segundo Orville Derby, "para os exploradores daquela época (e por muito tempo depois), todas as pedras verdes eram esmeraldas, e todas as azuis, safiras". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol.5, p.259. MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá razão ao Estado do Brasil* [1612]. Ed. crítica, com introdução e notas de Hélio Viana. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955, p.125; SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil* [1587, p.41-2, 1851. Basílio de Magalhães concordava com Teodoro Sampaio, "cuja opinião colhemos de viva voz, propendemos a crer seja esta obra uma espécie de relatório geral da colônia luso-americana, mandado fazer pelo governo de Filipe II, logo após a junção dos dois países ibéricos sob o mesmo cetro dos Habsburgos". A entrega oficial do *Tratado* foi feita em Madrid a Cristóvão de Moura, em 1º. de março de 1587. MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil colonial*, p.45, nota 30.

8 MONTEIRO, Jácome (Pe.). *Relação da Província do Brasil*, 1610. In: LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966, v.8, p.393-428, p.394. Na verdade, o padre Jácome reproduz as *Coisas notáveis do Brasil*, escrita em 1589 ou 1590 pelo jesuíta Francisco Soares (p.81): "70 léguas navegam navios por ele arriba até uma cachoeira em cima de 400 braças em alto, muito a pique; (...) dizem procede da alagoa que vai ter ao rio da Prata".

9 MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá razão ao Estado do Brasil* [1612].

10 Representação anexa à Consulta do Conselho Ultramarino sobre o estado das Missões do sertão da Bahia. Lisboa, 18 de dezembro de 1698. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.31, documento 344, 1913.

do sumidouro [do rio São Francisco] mais de 100 léguas. Este sumidouro Capistrano de Abreu considerava ser “a cachoeira de Paulo Afonso”.¹¹

Mas se a exploração de seu curso foi tardia, por terra o alto-médio São Francisco já havia sido atingido na metade do século XVI, pela expedição do padre João de Azpilcueta, que por ali andou em 1553.¹² Na notícia que desta viagem nos transmitiu, Azpilcueta informa ter entrado

por la tierra adentro trecientas y cincuenta leguas, siempre por caminos poco descubiertos, por tierras muy fragosas, que tienen tanto número de ríos que en partes en espacio de cuatro o cinco leguas, pasamos cincuenta veces contadas por agua, y muchas veces, si no me socorrieran, me hubiera de ahogar. Más de tres meses fuimos por tierras muy húmedas y frías, por causa de las muchas arboledas de árboles muy gruesas y altas de hojas que siempre está[n] verde[s.] Llovía muchas veces y muchas noches dormíamos mojados, especialmente en lugares des poblados.

Este trecho parece sem dúvida referir-se à seção do percurso correspondente à região de mata Atlântica. Nesta mesma seção do percurso parecem estar incluídos os

muchos des poblados, especialmente uno de veinte y tres jornadas, por entre unos indios que llaman tapuyas que es un género de indios bestial y fiero, porque andan por los bosques como manadas de venados, desnudos con cabellos muy largos como de mujeres. Su habla es muy bárbara, y ellos muy carniceros, y traen flechas herboladas, y despedazan um hombre en nada. Para pasar por ellos juntamos muchos indios de los nuestros, que están de paz, y pasamos con espías delante, com harto peligro.

Segundo Capistrano de Abreu, a expedição teria partido de Porto Seguro, “e, como em país desconhecido, seguir um rio é meio de não se perder, provavelmente foram seguindo algum”. Para Capistrano, o fato de Navarro falar “tantas vezes no Grande, atualmente conhecido pelo nome de Jequitinhonha”, levava-o a crer que “os expedicionários o foram margeando”.¹³

11 SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil* [1587], p.42. Segundo MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil colonial*, p.44, “por certo o mesmo Sebastião Álvares a que se refere frei Vicente do Salvador no cap.20 do livro 3º. de sua *História do Brasil*... que de Porto Seguro foi mandado a explorar o rio São Francisco, nisso consumindo “quatro anos e um bom pedaço da fazenda d’El-Rei”. ABREU, João Capistrano de. *Descobrimiento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*, p.73-4. Segundo Capistrano, João Coelho de Souza teria chegado ao rio São Francisco provavelmente subindo o curso do Paraguagu.

12 Carta del padre Juan de Azpilcueta; Porto Seguro, 24 de junho de 1555. In: ÁLVARES, Francisco. *Historia de las cosas de Etiopia*. Saragossa: Agostin Millán, 1561, fols.79-80. As cartas jesuíticas apareceram pela primeira vez na segunda edição espanhola (fols.60-80). A carta do padre Azpilcueta foi traduzida e publicada por Varnhagen na 1ª.ed. de sua *História do Brasil*.

13 ABREU, João Capistrano de. Os primeiros descobridores de Minas, p.365-377, p.368, 1901.

Orville Derby propôs roteiro diferente: a expedição teria entrado por Caravelas, alcançando as cercanias de Teófilo Otoni. Nada invoca, porém, de consistente em amparo desta proposta.¹⁴

Desta região de “despoblados” a expedição alcançou

una sierra muy grande que corre del norte para el mediodía, y en ella hallamos rocas muy altas de piedra mármol. De esta sierra nacen muchos ríos caudales. Dos pasamos que iban a salir al mar entre Puerto Seguro y los Illeos: el uno se llama río Grande y el otro río de las Harinas. De aquí fuimos a salir a una nación de gentiles que se llama Catiguzu.

A descrição do percurso neste trecho da carta permite identificar com relativa segurança uma parte elevada da serra do Espinhaço. Mas esta é a única certeza de que dispomos, porque as alternativas possíveis para diferentes trechos do Espinhaço são muitas. E isto tem relevância na medida em que é a partir deste local onde cruzaram o Espinhaço que podemos determinar com maior probabilidade a seção seguinte do percurso. Vejamos algumas: a) se a expedição continuou a seguir o curso superior do Jequitinhonha, pode ser que tenham alcançado a região do Morro da Pedreira, situada nos municípios de Santana do Riacho, Conceição do Mato Dentro, Itambé do Mato Dentro, Morro do Pilar, Jaboticatubas, Taquaruçu de Minas, Itabira e José de Melo, onde há uma gigantesca pedreira de mármore; b) para Capistrano, a serra devia ser “uma das conhecidas pelo nome de Almas, Grão Mogol e Itacambira”; c) para Orville Derby a expedição teria descido das imediações de Teófilo Otoni pelo campestre até o Serro do Frio, na cordilheira do Espinhaço, que “tem picos de quartzito branco, fáceis de se confundir com mármore”, acompanhando o vale do Itacambira.¹⁵

Sobre os “catiguzu”, Orville Derby lembra que ao norte de Diamantina o rio Caeté-mirim “conserva talvez a tradição da tribo Catiguçu (caté guaçu?)”. Esta associação é de todo improvável. À primeira vista, catiguzu parece corresponder a “caá-tinga-uçu”. Um suposto “caetéguaçu” equivaleria a coisa bem diversa (caá-eté-guaçu). Daí partiram e foram ter a um rio muito caudal, chamado Pará, que segundo os índios informaram-lhes, era o de São Francisco, ou mais provavelmente o rio das Velhas.

Por fim, a identificação deste rio das Urinas. Tal é o nome na tradução de Varnhagen. Mas um retorno ao texto original espanhol revela outra leitura: río de las Harinas (grafado “arinas”). Ora, esta grafia altera ao menos uma coisa: passa-se a ter certeza de que rio Azpilcueta se referia. Um “rio

14 DERBY, Orville A. O itinerário da expedição Espinhosa em 1553. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.72.

15 Outros tantos se debruçaram sobre esta questão: PEREIRA, F. Lobo Leite. Descobrimento e devassamento do território de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*; VIANA, Urbino de Souza. *Monografia do município de Montes Claros*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1916, p.26 e seguintes; CALÓGERAS, João Pandiá. *As minas do Brasil e sua legislação*.

das Farinhas” aparece no documento – datado de 23 de junho de 1764 – de criação da vila de São Pedro do Belmonte, na antiga povoação de Rio Grande, pelo ouvidor de Porto Seguro, tendo por termo “toda a extensão do território desde o rio Muquiçaba (atual Mojiquiçaba) ao sul, até o rio das Farinhas, distante uma légua da mesma povoação”.¹⁶ Alguns anos antes, o pároco desta freguesia informava que, a uma légua bem puxada a partir da aldeia dos índios menhãs, situada no pontal norte do Rio Grande (no local denominado Peso do Pau), situava-se a barreta chamada das Farinhas. E explicava que esta denominação se devia a que

por aquela parte entra o rio de Patipe com um braço até o combro da praia e ali se embarcam as farinhas das roças circunvizinhas, e quando descem as cheias do sertão, e vem o rio de monte a monte, tresporda por aquele combro por ser a parte mais baixa e abre a dita barreta a qual brevemente entope o mar.¹⁷

Ora, o rio Patipe é o mesmo rio Pardo.¹⁸ Ou seja, o “río de las Harinas” é de fato o rio Pardo. Mas Capistrano já havia chegado a esta conclusão por outros meios, independentemente desta correção de leitura, e com base em outra informação também presente na carta de Azpilcueta, que indica o fato de na serra do Espinhaço nascerem dois “ríos caudales” que “iban a salir al mar entre Puerto Seguro y los Illeos”. Ora, só havia uma possibilidade: o rio Grande, ou Jequitinhonha, e o Pardo, ou Patipe, que Azpilcueta nomeia das Farinhas. Este erro de leitura levou Derby a identificar o “Urinas” ao Araçuaí, o que, para Capistrano, parecia – como de fato o é – inaceitável: o Araçuaí é afluente do Jequitinhonha, e não sai ao mar entre Ilhéus e Porto Seguro.

Qual teria sido o roteiro desta seção até o Espinhaço? Ou melhor: a que parte do Espinhaço atingiram? Creio que a hipótese apresentada por Capistrano é a mais razoável: a serra devia ser “uma das conhecidas pelo nome de Almas, Grão Mogol e Itacambira”. Penso que a expedição seguiu de fato o curso do Jequitinhonha até a barra do Itacambiruçu, e por este rio acima até a serra do Grão Mogol. Daí, continuaram pelo curso do Itacambiruçu até a barra do rio Congonhas, sempre em direitura do oeste, e procurando, na medida do possível, não se distanciar do paralelo 16°.

Desse modo, do ponto do Espinhaço em que se achavam, partiram, e foram

16 Apud: FREIRE, Felisbelo. *História territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906, p.178.

17 ARQUIVO Histórico Ultramarino (AHU). Manuscritos Avulsos da Bahia. Descrição da freguesia de São Boaventura de Poxim, no Arcebispado da Bahia, pelo respectivo vigário, Roberto de Brito Gramacho. Poxim, 20 de janeiro de 1756 [doc.2677].

18 Cf. MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá razão ao Estado do Brasil*. Recife, p.131-2: “Esta capitania [dos Ilhéus] começa no rio Grande, junto ao rio Patipe”. O rio Patipe, como se vê na carta que acompanhou o texto, está ao sul da povoação quatorze léguas.

hasta un río muy caudal, que tiene por nombre Pará, que según los indios nos daban información, es el río de San Francisco, y es muy ancho. De la parte de donde estábamos son los indios que dice [isto é, os 'catiguzu'; de la otra [da margem esquerda do São Francisco?] se llaman tamoyos, enemigos de estos, y por todas las otras partes tapuyas. Viéndonos pues en este aprieto, les pareció a todos que ordenásemos barcos en que fuésemos por el río. Y así comenzó cada uno a hacer lo que entendió, porque no teníamos carpinteros, y así nos asentamos em uma aldea junto de la cual pasa un río por nombre Monayl, que va a dar en el outro. Y esto por no ser sentidos de los contrarios que estarían de allí en tres leguas. Hicimos uma cruz grande y la pusimos en la entrada de la aldea. Y junto con ella hicimos una ermita donde hacía pláticas de Nuestro Señor a los compañeros, y con su licencia comencé de ir por las aldeas y luego en la tercera do[nde] fui hallé sus [de los indios] miserables fiestas, por que tenían una niña pequeña en la plaza ceñida con unas cuerdas para matarla. Al lo cual se había juntado mucha gente de las otras aldeas. Y lleguéme a ella y habléle em lengua de nuestros indios, y no me entendió: porque era hija de tapuyas. Aquí ví ceremonias que nunca tenía visto en este auto de matar.

Para Capistrano, a expedição teria dado na barra de algum rio maior, fronteiro à seção serrana, isto é, o Jequitaiá ou o rio das Velhas. Capistrano na verdade tendia a identificar o Pará com o rio das Velhas. Proponho outro roteiro: se a expedição de fato seguiu o curso do rio Congonhas, e não se distanciou muito do paralelo 16º, então passaram nas imediações onde hoje se acha a cidade de Montes Claros, indo sair no São Francisco próximo à barra do rio Pacuí. Quanto ao nome do rio Monayl, há de se notar o seguinte: primeiramente, esta não parece ser uma palavra legitimamente tupi, tendo em vista o "l" final. Como se sabe, este som e letra inexistem na língua geral. Logo, ou se trata de erro tipográfico ou erro de pronúncia do padre Navarro.¹⁹ Teríamos de pensar então num rio Mona-y, ou Muna-í (< muná – i⁹), literalmente – e claro está, se a tradução estiver correta – “rio escondido”. Ora, o padre informa que escolheram a aldeia em que se estabeleceram – e junto da qual passava este rio Monayl – “por no ser sentidos de los contrarios que estarían de allí en tres leguas”. Nesse sentido, ou o rio de fato se chamava “Escondido”, exatamente por ter esta característica, ou, então, tratava-se de rio com nome diferente, mas que, nas circunstâncias, se achava “escondido” dos contrários. Seja como for, nada nos autoriza a pensar na associação desse Monayl com o Mangaiá, de etimologia totalmente diferente.

Retornando à aldeia em que se faziam os barcos, Azpilcueta viu que estavam quase todos prontos.²⁰ Embarcaram-se então “con mucho cuidado”, e foram pelo rio São Francisco abaixo. Mas não puderam continuar a navegação

19 Para se avaliar o trato de Navarro com o tupi, tome-se o exemplo das seguintes palavras que ocorrem em sua carta: “piray”, por “pi-rain” [literalmente, “corta a pele”, piranha; “amabazaray”, por “auá/abá-mosarai” [literalmente, “o que dança”].

20 Esta associação é seguida por Urbino Viana e F. Lobo Leite Pereira.

por ser toda la tierra poblada al derredor de diversísimas generaciones de indios muy bárbaros y crueles. Las tierras que están alderedor de este río [y] treinta leguas y aún más al derredor son muy hermosas y llanas. Salidos del río hicimos nuestro camino por tierra. Volviendo, nos hallamos en la tierra que andamos.

Contudo, o roteiro preferencial para se chegar a seu curso médio e alto-médio foi o rio Paraguaçu. Em 1561, Vasco Rodrigues Caldas, que fora vereador na Bahia, ofereceu-se a Mem de Sá para penetrar os sertões em busca de minas, com 100 companheiros à custa própria. Subiu o vale do Paraguaçu, até uma distância de 70 ou 80 léguas do litoral. Porém, desbaratado pelos tupinaés, teve de retroceder para a capital.

Segundo frei Vicente do Salvador, Gabriel Soares de Souza, chegado ao Brasil em 15 de junho de 1591, intentava “chegar ao rio de São Francisco, e depois, por ele, até a lagoa Dourada, donde dizem que tem seu nascimento”. Em maio de 1592 partiram da Bahia e, chegando à serra do Gariru (ou Quareru, atual Serra Branca), levantaram um forte, em cumprimento à determinação régia de que pelo menos a cada 50 léguas assim se procedesse. Ao atingirem pela segunda vez essa distância, e já nas cabeceiras do Paraguaçu, levantaram “outra fortaleza na qual, por as águas serem ruins e os mantimentos piores, que eram cobras e lagartos, adoeceram muitos e entre eles o mesmo Gabriel Soares, que morreu em poucos dias no mesmo lugar, pouco mais ou menos, onde seu irmão havia falecido. Foi sepultado na fortaleza, que fazia, com muito sentimento dos seus”.²¹

De seus afluentes, o mais importante, o rio das Velhas, foi também o que maior atração exerceu sobre os exploradores, e também aquele que primeiro é nomeado sob a denominação original em tupi, grafada “Goaibihí”, em 1603.²² Dois anos antes, uma variante do que mais tarde se constituiria na estrada geral de São Paulo para as minas teria sido palmilhada pela primeira vez pela entrada que André de Leão dirigiu em 1601, durante nove meses, e que, segundo Orville Derby, teria alcançado as imediações da atual cidade de Pitangui.²³

Glimmer assinala que, chegados às cachoeiras do Paraíba do Sul, seguiram viagem “a pé, ao longo de outro rio que desce do lado ocidental e não

21 Posteriormente, seus ossos foram levados por ordem de seu sobrinho Bernardo Ribeiro, e estão sepultados em São Bento. Cf. SALVADOR, Vicente do (frei). *História do Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1918. O testamento de Gabriel Soares de Souza. *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, nº.5745, v.1, p.489, 1881, sob o título Testamento de Gabriel Soares de Souza, Cidade do Salvador, 10 de agosto de 1589; cópia de 1866 aut. 3 fol., aprovação a 21 de agosto de 1584, abertura a 10 de julho de 1592.

22 Trata-se de uma obrigação de dívida, datada de 17 de fevereiro de 1603, apensa ao inventário de Brás Gonçalves, o moço, autuado em São Paulo em 9 de setembro de 1604. Cunha Matos (*op. cit.*, vol. 1, p. 133-4), erroneamente dá a tradução tupi Guaicuí < Guaiacu [“velha ou estropiada”]-í; Guaicuí é também o termo empregado no fundamento histórico do poema Vila Rica, e Cláudio Manuel da Costa.

23 DERBY, Orville. O roteiro de uma das primeiras bandeiras paulistas, p.319-350. O roteiro de Wilhelm ten Glimmer foi reproduzido na obra de PISO, Wilhelm e MARCGRAFF. *Historia naturalis Brasiliae*. Louvain: Franc. Hackium/Amsterdam: Lud. Elzevirium, 1648, livro VIII, cap.2, p.263-4. A tradução portuguesa, por Melquiades da Boa Morte Trigueiro, foi inserida por Orville Derby nesse artigo.

se presta à navegação”. Após cinco ou seis dias de marcha, chegaram “à raiz de um monte altíssimo”, que transpuseram e chegaram a uma região de “campos mui descortinados”, cobertos por araucárias. De fato, esta descrição não permite assegurar que a transposição da serra da Mantiqueira para a região dos campos tivesse sido feita no ponto pretendido por Derby, isto é, a garganta do Embaú. É a localização precisa deste ponto que permite prosseguir com o mapeamento do roteiro. Segundo o autor do roteiro, o holandês Wilhelm ten Glimmer, três dias depois chegaram “a um rio que deriva do nascente”, atravessaram-no, e durante quatorze dias, tomaram a direção de noroeste, “através de campos abertos e outeiros despidos de árvores” até outro rio navegável que corria da banda do norte, que foi igualmente atravessado. Quatro ou cinco léguas mais adiante, encontrando “aqui e ali aldeias em ruínas” chegaram a outro rio navegável que corria quase de norte. Segundo Glimmer, “por aquelas solidões vagueavam com suas mulheres e filhos alguns selvagens que não tinham domicílio certo e não curavam de semear a terra”. Junto a este último rio encontraram numa aldeia de índios víveres em abundância. Nesta aldeia, demoraram-se quase um mês, e prosseguiram a viagem em rumo de noroeste. Decorrido um mês, “sem encontrar rio algum”, chegaram “a uma estrada larga e trilhada e a dois rios de grandeza diversa que, correndo do sul, entre as serras Sabaraasu, rompem para o norte”. Neste ponto a expedição teve de recuar, porque tiveram notícia de que “além das montanhas vivia uma tribo de selvagens assaz numerosa”. Estes índios seriam sem dúvida os temiminós, que aparecem mencionados em dois documentos anexos ao inventário de Brás Gonçalves, o moço, datados respectivamente de 31 de julho e 14 de agosto de 1603: “neste sertão e limites que povoam os gentios temiminós”.

Uma segunda expedição, comandada por Nicolau Barreto, teria partido de São Paulo depois de setembro de 1602, e durado cerca de dois anos. Entre fevereiro e abril de 1603 seus membros achavam-se no vale dos rios das Velhas e Paracatu. Foi às margens do rio das Velhas, em 17 de fevereiro de 1603, que Brás Gonçalves, o moço, escreveu uma obrigação de dívida em favor de Domingos Barbosa, apensa ao seu inventário, e foi no “sertão e rio de Paracatu” que, entre 22 de março e 4 de abril de 1603, Manuel de Chaves, membro da expedição, ditou seu testamento e seu inventário foi autuado.²⁴

A contribuição de Derby é aumentada ainda com sua hipótese de que o interior do Brasil fosse recortado por “caminhos já existentes dos índios”, com base na expressão “estrada larga e trilhada” presente no roteiro.²⁵

Mas há um aspecto em torno destas duas entradas que tem sido negligenciado, talvez porque nenhuma delas resultou em qualquer avanço para

24 DERBY, Orville. As bandeiras paulistas, de 1601 a 1604, p.399-425, p.405 e seguintes.

25 DERBY, Orville. O roteiro de uma das primeiras bandeiras paulistas, p.319-350, p.338.

a descoberta de ouro e pedras preciosas: o fato de que o caminho para a barra do rio das Velhas a partir de São Paulo não constituía, já em 1602, nenhuma novidade para os paulistas. A poderosa hipótese das estradas pré-existentes dos índios torna-se aqui fundamento essencial para essa facilidade de acesso. Mas há ainda um outro elemento a ser considerado, e que, com outros objetivos, Orville Derby incluiu em seu estudo: em 23 de março de 1603, os oficiais da Câmara de São Paulo solicitavam ao capitão Roque Barreto “mandar chamar seu irmão Nicolau Barreto para se recolher com toda a gente para esta capitania”. Pouco depois, em 19 de julho de 1603, uma vereação da Câmara de São Paulo decidiu enviar cartas ao Governador General Diogo Botelho, em que expressavam receio que se “mande ao sertão recado do conteúdo na provisão [que determinava tomar a terça parte de gentio que trouxessem os moradores que foram ao sertão] a eles, sob o “muito risco vir nenhum dela”, razão pela qual poderia resultar “muito mal a esta capitania”. Afirmavam os camaristas que “muitos deixaram suas mulheres e outros deixaram seus filhos e a capitania ficará sem moradores e as minas de que se espera com esta gente haverão benefício para aumento das rendas de Sua Majestade”. Ora, não se trata mais aqui de armar uma entrada, mas enviar recado. É exatamente esta possibilidade – melhor: facilidade – que chama a atenção. Além disto, trata-se de uma expedição que teria durado dois anos, pelo menos. Logo, teve necessariamente de levantar arraiais para o sustento de seus membros em alguns pontos da jornada. A existência destes arraiais é-nos confirmada pelos próprios autos antes mencionados. Na opinião de Derby, é provável que até ali (Vituruna) a expedição de Fernão Dias, que partiu de São Paulo em 21 de julho de 1674, seguisse o mesmo caminho da expedição de 1601, o qual depois, no essencial, tornou-se a estrada geral para as minas.²⁶

No entanto, o itinerário seguido por Fernão Dias, apesar orientado pelo rio das Velhas, pertence a outra história – a da “jornada das esmeraldas” de Sebastião Fernandes Tourinho, Antônio Dias Adorno e Marcos de Azeredo Coutinho. Não é o próprio Fernão Dias quem declarou em sua carta de 27 de março de 1681 ter deixado “abertas as covas das esmeraldas no mesmo morro daonde as levou Marcos de Azeredo”?²⁷

Não parece que os conhecimentos a respeito do curso do rio das Velhas ou do alto-médio São Francisco tenham se ampliado de modo considerável nos setenta anos seguintes à expedição de Marcos de Azeredo. Em 1672 o próprio governador geral do Brasil afirmava que fora informado de que “do pé das serras do Sabarabuçu há um rio navegável que se vai

26 DERBY, Orville, O roteiro de uma das primeiras bandeiras paulistas, p.261-2; Basílio de Magalhães acrescentou que a diferença entre a entrada de André de Leão e a de Fernão Dias “foi o plantio de roças nos seus forçados e longos pousos”. MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil colonial*, p.101-2.

27 AHU. Manuscritos Avulsos do rio de Janeiro. Docs. nºs.2434, 1671 a 2500 (21 de dezembro de 1700). *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v.39.

meter no de São Francisco”.²⁸ No entanto, estes avanços já podiam ser observados nos dados cartográficos também fornecem elementos importantes. Na carta de Sanson d’Abbéville, de 1656 – e na qual os cursos do São Francisco e dos seus afluentes mais importantes (o rio das Velhas e o Pará) são representados com muita precisão – ocorrem os termos Maimimy e Pahacuvy. O primeiro é facilmente decomposto em maimim-y < waim□ [“velhas”]-ig [“rio”], “rio das Velhas”. O segundo corresponde de modo patente a Pacuí.²⁹ A nomeação deste último rio, importante senão para os habitantes do seu vale, chama muito a atenção, tendo em vista que não é via de acesso a nenhum ponto do qual reste tradição. Além disto, é de admirar que ambos os termos fossem registrados exatamente nos seus lugares correspondentes.

De interesse menor é o mapa de Coronelli, de 1688, que “representa dois afluentes orientais do São Francisco com os nomes de Geta Caig e Guibuig, sem dúvida corruptelas de Jequitai e Guaibim”.³⁰ Contudo, as escalas na representação do próprio São Francisco são ainda muito imprecisas, e ligam-se a fontes cartográficas que ainda consideram a existência da “lagoa Grande”.

Conquista e colonização dos sertões mineiros: os primeiros arraiais

As últimas três décadas do século XVII foram as decisivas no processo de conquista e ocupação da zona sanfranciscana entre a barra do rio das Velhas até Carinhanha. Nesse período, o rio das Velhas já aparece como cenário para enredos melhor conhecidos. Entre 1671 e 1694 circularam pelo vale do São Francisco as bandeiras de Estêvão Ribeiro Baião Parente, que pelejou contra os gentios do sertão baiano de 1671 e 1674 e a bandeira de Matias Cardoso de Almeida, “destinada a jugular os bárbaros do Ceará e Rio Grande do Norte, de 1689 a 1694, auxiliado por Antônio Gonçalves

28 Carta do Governador Geral do Brasil, de 19 de fevereiro de 1672. *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* (doravante *DHBN*), Rio de Janeiro, v.6, p.222.

29 BARLAEUM, Wilhelm. *Novus Brasiliae typus*. Amsterdam: Jodocus Hondius, 1625; SANSON, Nicolas [1600-1667]. *Le Brésil*. Paris: Pierre Mariette, 1656. Outras cartas geográficas com o mesmo traçado do rio São Francisco: *Amérique Méridionale*, 1650; BLAEU, Jan. *Nova et accurata Brasiliae totius tabula*. 1640; *America Pars Meridionalis*. Amsterdam: Heinrich Hondius, 1638. In: MERCATORIS, Gerardi e HONDIUS, Jodocus. *Atlas novus sive descriptio geographica totius orbis terrarum*.

30 Na verdade, Guibuig procede de Guaibi-ig < waim□-ig, “rio das Velhas”. Guaicuí é voz que não se pode assimilar facilmente a Guaibim. Orville Derby disto concluiu “que o vale do rio Jequitai representava papel importante na viação primitiva do sertão do São Francisco e de fato este vale dá o acesso mais fácil ao São Francisco a partir da seção da serra do Espinhaço, cruzada pela antiga estrada indígena. A suposição, baseada nos mapas de Sanson e Coronelli, de ter sido o Jequitai conhecido e freqüentado pelos europeus antes do rio das Velhas está de acordo com a afirmação do padre Navarro de na barra do seu rio Monayl haver índios amigos dos Tipiniquins e outros hostis por toda a vizinhança” (DERBY, Orville. Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Gerais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.5, p.240-78, p.245, (1899-1900), 1901. É o mapa de Coronelli que serviu de base ao de MOLL, Herman [*floruit* 1678-1732]. BRASIL, Divided into its CAPTAINSHIPS. 1709. Provavelmente publicado in Moll’s *Atlas manuale; or, a New Sett of maps of all parts of the earth*, 1709. McMaster University Library, Research Collections, accession # 107153).

Figueira”. João Ribeiro conclui: “podemos considerar por completamente explorada e utilizada até os fins do século XVII a zona limitada pelo Paraguaçu (Bahia), São Francisco (Xique-Xique), serras dos Dois Irmãos e Piauí, e o mar Atlântico, desde o Parnaíba até a Bahia de Todos os Santos. Isto é, a zona da criação do Gado”. Basílio de Magalhães acrescenta que, levando-se “em conta a atividade de Matias Cardoso e Antônio Figueira ... nós baixaríamos os lindes meridionais desta zona até quase a foz do Paracatu, no Alto São Francisco”.³¹ A guerra de extermínio dos índios do interior foi feita em campanhas desde 1651. Basílio de Magalhães já havia feito notar que a zona de criação “coincidiu, no interior, com os domínios de tribos não tóxicas”, o que é demonstrado com a ocorrência de termos caribas ou gês.³²

O arraial de Matias Cardoso de Almeida

A transferência de Matias Cardoso para o arraial que depois passou a levar seu nome – e cuja localização até o momento não foi identificada de maneira conclusiva – começou a ser feita antes de 1689, pois nessa época o lugar já contaria com “bastante povoação”, se estiver correta a informação prestada numa carta pelo governador-geral do Estado do Brasil, na qual reportava ainda que a intenção de Matias Cardoso era consumir a guerra

e extinguir os bárbaros quanto antes ser possa, assim pelo interesse da presa, e da glória (maior na diferença de tudo o que até hoje têm operado as armas de Sua Majestade, reduzidas aos arraiais em que as acha), como por haver trazido sua casa com muitas famílias para o rio de São Francisco, donde pretende fundar uma vila, e tem já bastante povoação. Ele vai a merecer, e a adquirir. E tudo são estímulos mui veementes, para o trazerem mais brevemente a sua casa, com a honra e utilidade que a todo o perigo há de procurar conseguir.³³

Matias Cardoso permaneceu no Rio Grande até 1694.³⁴

Segundo Martim Afonso de Melo, ex-procurador do mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito, fora este o responsável pelo descobrimento do rio de São Francisco e rio das Velhas, assim como pela extinção naquelas

31 MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil colonial*, p.174,76 e 209.

32 MAGALHÃES, Basílio. *Expansão geográfica do Brasil colonial*, p.180; PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros; povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec/Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP, 2002. Richard Burton colheu em 1867 na tradição oral a versão – que, aliás, não tem eco em nenhuma outra fonte – de que Matias Cardoso de Almeida e seu primo, Manuel Francisco de Toledo, teriam assassinado um ouvidor e, fugindo de São Paulo, foram com família e escravos viver em uma ilha no rio São Francisco, que hoje fica em frente à cidade de São Romão. Seguiram depois para o norte, indo fixar-se na margem do São Francisco onde hoje é a cidade de Morrinhos. BURTON, Richard. *Viagens aos planaltos do Brasil*. 2ª.ed., São Paulo: Nacional/[Brasília]: Instituto Nacional do Livro/Fundação Pró-Memória, 1983, v.3, p.52.

33 Carta para o senhor almotacé-mor do Reino e governador de Pernambuco; Bahia, 9 de março de 1690. *DHBN*, Rio de Janeiro, v.10, p.388-393.

34 Sobre a campanha de Matias Cardoso no Rio Grande do Norte, cf. PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*, p.145-163.

partes do “gentio bárbaro”. Continuara no dito descobrimento seu genro o coronel Antônio da Silva Pimentel, vindo em própria pessoa à diligência e mandara continuar nela por seus feitores e administradores até a barra do rio das Velhas e depois mandara abrir as estradas até o Curral del Rei. Também o mesmo testemunho prestou o reverendo Paulino Pestana e Souza, morador na vila de Sabará, a quem, inclusive, por volta de 1700, Matias Cardoso de Almeida dissera ter vindo

por ordem do dito mestre-de-campo [Guedes de Brito] e [com ?] Marcelino Coelho desinfestar os ditos sertões de gentio bravo ao qual se chama “Ua Nay”, por cuja regência lhe dera o dito mestre-de-campo um grande prêmio a fim de pagar os gastos para a dita conquista, e no mesmo descobrimento continuara o coronel Antônio da Silva Pimentel.

Ora, estes índios “ua nay” eram, sem dúvida, os mesmos tapuias “anaios” que em 1674 habitavam a barra do rio Salitre, e contra os quais se fez guerra entre 1674 e 1679. Segundo o capuchinho Martinho de Nantes, estes índios “haviam senhoreado todas as fazendas que chamavam *curralo*, dos dois lados do rio [São Francisco], numa extensão de cerca de trinta léguas”.³⁵ Talvez estas guerras expliquem o movimento dos irmãos Julião Afonso Serra e Manuel Afonso Sertão, que em 13 de fevereiro 1674 receberam cada um três e meia léguas quadradas “no Guaibim, ou rio das Velhas, começando na barra por um e outro lado, rumo direito pelo rio acima, reservando serras”. O curioso é que o texto permite inferir que os próprios concessionários não estavam seguros da desocupação daquelas terras, porque mais adiante informavam que “estando já ocupadas, será pelas cabeceiras das que antes desta foi (sic) dada (sic), pelo rio acima do lado do poente e do nascente ou norte ou sul”.³⁶

Domingos Afonso Sertão serviu como capitão numa das companhias de infantaria subordinadas a Francisco Dias d’Ávila, senhor da Casa da Torre, chefe militar destas guerras.³⁷ O frei capuchinho Martinho de Nantes testemunhou que em 1674 “todas as terras do rio, desde 30 léguas para baixo até mais de 100 léguas para cima [da aldeia de Aracapá], pertenciam por doação do rei de Portugal, com exceção das que eram necessárias para os índios”, pertenciam a Dias d’Ávila. Ora, se os cálculos de frei Martinho estavam corretos, as terras da Casa da Torre alcançavam pelo menos a região próxima à antiga aldeia do Sobrado, hoje submersa pelas águas

35 NANTES, Martinho de. *Relação de uma missão no rio São Francisco*. 2ª.ed., São Paulo: Nacional, 1979, p.52 [1ª. ed. Quimper: Jean Pernier, 1706 sob o título *relation succinte et sincère de la mission du père Martin de Nantes, prédicateur capucin, missionnaire apostolique dans le Brésil parmy les indiens appellés cariris*]. 7. É muito interessante o fato de o capuchinho retratar com exatidão a pronúncia sertaneja da palavra curral, tendência observada também em outras palavras. Em documentos do século XVIII ainda era possível encontrar esta característica na expressão “alto e malo”.

36 ARQUIVO NACIONAL, cód. 155, fol.117.

37 Cf. PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*, p.116-122.

da represa de Sobradinho. Nas palavras do capuchinho, “o coronel Dias d'Ávila ... espalhava rebanhos não somente de um como do outro lado do rio [São Francisco], em terra firme, mas também punha cavalos nas ilhas em que os índios haviam se refugiado”.³⁸

Este movimento talvez tenha provocado a reação de Guedes de Brito, concessionário de imensa sesmaria cujos limites eram o mesmo rio das Velhas. É possível que tenha, então, encetado uma guerra de conquista particular, da qual participaram Matias Cardoso e este Marcelino Coelho, de que outras fontes não falam. Os “ua nay” contra os quais lutaram podem mesmo ter se fixado no alto-médio do São Francisco. E o “grande prêmio” de que o padre Paulino Pestana e Souza ouvira da boca de Matias Cardoso com muita razão deve ter sido a terra onde mais tarde instalou seu arraial.

O testemunho do reverendo se apoiava no fato de que ele sabia

pelo ver porque no tal tempo estava ele testemunha sendo pároco na igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso, sita no rio de São Francisco, no arraial de Matias Cardoso, duzentas léguas de sertão à Cidade da Bahia...³⁹

Afora o número exagerado de léguas de distância do arraial de Matias Cardoso até Salvador – no roteiro apresentado por Antonil, não passariam de 135 – a declaração permite identificar o orago da igreja da igreja do arraial.

Os documentos sobre a atuação de Matias Cardoso na guerra dos bárbaros permitem precisar a data de fundação do arraial. O convite para que Matias Cardoso de Almeida assumisse o posto de “mestre-de-campo e governador absoluto da guerra dos bárbaros” foi feito em 9 de dezembro de 1688. Nela, o governador geral explicava que pensou de início em enviar a carta para a povoação que Matias Cardoso mantinha no rio São Francisco, mas o mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito lhe dissera ter notícia que Matias Cardoso havia partido para a capitania de São Paulo “a buscar mais farinhas para a dita povoação”.⁴⁰ Portanto, a fundação do arraial data dos anos imediatamente anteriores a 1688.

38 NANTES, Martinho de. *Relação de uma missão no rio São Francisco*, p.51/60 e nota 11.

39 Sumário de Informação. Autos de inquirição de testemunhos feitos pelo corregedor Luís de Souza Valdez, da Comarca do Rio das Velhas, sobre Isabel Maria Guedes de Brito, filha do Mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito, descobridor dos sertões da Bahia, rio de São Francisco e rio das Velhas, 11 de agosto de 1724. AHU. Manuscripts Avulsos de Minas Gerais. cx.5, doc.47. “Ua Nay” é a forma como a palavra aparece no manuscrito. “Ua Nay” na pronúncia portuguesa tornou-se “anaio”. Nay corresponde, sem dúvida, a um ditongo. O escrivão adota uma nítida diferença de grafia para ditongos (Papagayo, arrayal, pay, Rey, Pereyra, Conceççam), e hiatos (ahy, Pacohy). Outros registros sugerem a relação deste etnônimo com “bangaió” e “mongoió”.

40 Carta do frei Manuel, arcebispo e governador-geral, para Matias Cardoso; Salvador 9 de dezembro de 1688. *DHBN*, Rio de Janeiro, v.11, p.146-8. A patente de “mestre-de-campo e governador absoluto da guerra dos bárbaros” foi passada ao tenente-general Matias Cardoso de Almeida a 3 de abril de 1690. *DHBN*, Rio de Janeiro, v.30, p.7-10. Sobre sua atuação durante a guerra dos bárbaros há copiosa referência na correspondência dos governadores-gerais: carta do governador-geral para o governador de Pernambuco; Bahia, 9 de março de 1690. *DHBN*, Rio de Janeiro, v.10, p.390-1; Carta do governador geral para o mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida; Bahia, 29 de janeiro de 1692. *DHBN*, Rio de Janeiro, v.10, p.419; Carta do secretário Bernardo Vieira Ravasco ao conde de Alvor, em que declara estar o mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida “já muito velho, enfermo e incapaz [certamente para continuar à frente da guerra dos bárbaros]”; Bahia, 5 de agosto de 1694. *DHBN*, Rio de Janeiro.

Esta povoação passou em seguida a ser conhecida pelo nome de arraial de Matias Cardoso, e é como tal mencionada em 1704 pelo informante de Antonil nas minas, em 1706 pelo governador-geral D. Rodrigo da Costa, e por um autor anônimo em 1706 ou 1707.⁴¹ Este último apresenta um roteiro no qual do arraial de Matias Cardoso – “antes do qual se ajuntam todos os caminhos daqueles sertões em um só” – os viandantes seguiam pela beira do rio São Francisco “por distância de cem léguas pouco mais ou menos até a barra que nele faz o rio das Velhas”.⁴² Contudo, esta distância de cem léguas é de todo incorreta. O roteiro apresentado por Antonil informa que a distância “do arraial de Matias Cardoso até a barra do rio das Velhas” era na realidade de 54 léguas. Ainda de acordo com este roteiro, a primeira fazenda depois do arraial de Matias Cardoso em direção a Salvador era o curral do coronel Antônio Vieira Lima, e depois os currais do Figueira, “logo à nasçença do rio das Rãs”.⁴³

Como tenente-general, Matias Cardoso de Almeida, junto com outros concessionários, aparece numa carta sesmaria datada de 2 de março de 1690, e na qual a cada peticionário concedia quatro léguas em quadra nos sertões do rio Pardo e Doce. A vastidão – talvez melhor fosse dizer indefinição – desse território permitia que cada um dos sesmeiros escolhesse livremente o lugar que mais lhe agradasse. Por esse motivo, só podemos saber o lugar exato onde cada um se fixou em razão de documentos posteriores.⁴⁴

Matias Cardoso era casado com uma filha de Manuel Afonso Gaia e Maria Gonçalves Figueira, de nome Inês, o que explica que seus cunhados também se estabeleceram no norte de Minas. Em 12 de abril de 1707 receberam sesmarias de três léguas em quadra o capitão Pedro Nunes de Siqueira, o capitão-mor Manuel Afonso de Siqueira, Miguel Gonçalves Figueira, Antônio Gonçalves Figueira e João Gonçalves Figueira, “nas terras e campos Tubatingas [a leitura correta é *Tabatingas*], vizinhas das vertentes do rio Verde e Itaqui [patente erro de leitura de *Pacu*]”.⁴⁵

Suas fazendas de criar no vale do rio Verde participaram da primeira hora do abastecimento de gado da região das Minas. Já em 13 de dezembro de 1701, os irmãos Miguel e João Gonçalves de Siqueira foram indiciados

ro, v.84, p.125-6; carta do governador geral para o mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida; Bahia, 18 de agosto de 1695. *DHBN*, Rio de Janeiro, v.38, p.349; carta do governador geral para o mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida, em que declara estar satisfeito por este gozar de boa saúde; Bahia, 12 de novembro de 1696. *DHBN*, Rio de Janeiro, v.38, p.414; carta de D. João de Lancastro ao governador do Rio de Janeiro, Antônio de Sá e Meneses; Bahia, 26 de agosto de 1698. *DHBN*, Rio de Janeiro, v.11, p.267.

41 AHU. MHBA. Carta do governador D. Rodrigo da Costa sobre diversos assuntos referentes ao Brasil; Lisboa, 19 de junho de 1706 [*Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.39, doc.2.917, anexo ao 2913]; Informação sobre as minas do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.57, p.157-186, 1935.

42 Informação sobre as minas do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.57, p.173-183, 1935.

43 ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.4, n.º.4, p.395-557, p.537, [1899].

44 ARQUIVO NACIONAL. CÓDICE 155, fols.185-194..

45 ARQUIVO NACIONAL, CÓDICE 427, v.2, fols. 248-9/299-304v.

como réus num processo de seqüestro do gado que haviam trazido de suas fazendas para as Minas, contrariando a determinação de uso da estrada da Bahia. Na petição que João Gonçalves Figueira encaminhou em 12 de outubro de 1702 ao governador, informava que chegara às minas em princípios de novembro de 1701 para cobrar dos irmãos Inácio e Miguel Gonçalves Vieira o valor procedido de uma boiada de gado que seu irmão, Miguel Gonçalves de Siqueira lhes vendera em junho. Para não permanecer nas minas fazendo gastos enquanto aguardava o pagamento, Miguel Gonçalves de Siqueira decidiu voltar aos currais, e retornar em tempo conveniente para fazer a cobrança e trazer algumas cabeças de gado. Com efeito trouxe 50 reses que vendeu a José de Góis e Moraes, a 10 oitavas cada uma". João Gonçalves de Siqueira argumentava que não devia sofrer a penhora porque o gado foi vendido aos Vieiras em junho, quando não estava proibido o caminho pela ordem de Sua Majestade. Além disto, afirmava que a boiada não era de seu irmão Miguel Gonçalves de Siqueira, mas "de seu pai, o capitão Manuel Afonso Gaia, por ordem do qual veio ele suplicante a estas minas a cobrar o ouro somente".⁴⁶ De fato, a carta régia proibindo o uso da estrada baiana chegou em outubro de 1701. Os argumentos parecem ter surtido efeito, e os réus foram inocentados. Ao que parece, outros membros da família participaram como agentes do governo.⁴⁷ Em junho deste mesmo ano, também o mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida havia enviado por Inácio da Rocha (em 15 de junho) e por Manuel da Costa (em 27 de junho), 3.355 oitavas para serem quintadas. Neste mesmo registro aparecem os nomes de Miguel e Antônio Gonçalves de Siqueira (10 de julho de 1701) e João Amaro Maciel Parente (25 de maio de 1703).⁴⁸

Como se disse anteriormente, o arraial de Matias Cardoso não foi localizado de maneira conclusiva. De acordo com uma carta do conde de Assumar, D. Pedro de Almeida, de 15 de dezembro de 1718 ao conde de

46 *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.65 [1943], p.41-2, 1945. íntegra do processo de p.29-44.

47 Carta do governador-geral para Domingos do Prado Oliveira, pedindo-lhe vigilância quanto aos descaminhos do ouro, e em resposta à que Domingos do Prado lhe escrevera em 2 de agosto de 1704, dando conta do confisco a uma boiada do capitão Gaspar de Lima, que ia para as Minas pela estrada proibida da Bahia, auxiliado por seu pai, Manuel Francisco e pelo capitão-mor Atanásio de Cerqueira Brandão; Bahia, 15 de outubro de 1704. *DHBN*, Rio de Janeiro, v.40, p.210. Carta de Vasco César ao capitão-mor Domingos Dias do Prado, de 5 de janeiro de 1725, recomendando-lhe que concorresse para o exame dos descobrimentos do rio das Contas e também para a conquista do gentio que infestava os ditos do rio Pardo e anexos. *DHBN*, Rio de Janeiro, v.72, p.256. Provisão de guarda-mor das minas do ouro no sertão da capitania da Bahia; Bahia 4 de março de 1728. *DHBN*, Rio de Janeiro, v.48, p.194. visconde de Sabugosa, em carta ao rei de 16 de setembro de 1732, condenação à morte e degola de Francisco e Domingos Dias do Prado. cit. em ACIOLI. *Memória Histórica*. 2ª.ed., v.2, p.342.

48 BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO/DIVISÃO DE MANUSCRITOS. Quintos do ouro [da Guardamoria] do distrito de Santo Antônio do Bom Retiro. I – 10, 8, 2, fls.66-85. O nome do coronel Antônio da Silva Pimentel aparece num registro de 7 de junho de 1701. Nesta data, o capitão Pedro Gomes apresentou a essa Guardamoria 3.337 oitavas de ouro pelo coronel Pimentel, das quais 2286 provenientes da venda de 26 cabeças de gado, mais 682 oitavas por sua conta e de algumas miudezas que vendeu. No primeiro livro de notas do cartório do primeiro ofício de Mariana, há um "escrito de Mathias Cardoso de Almeida feito a Francisco de Arruda Cabral", datado de 25 de junho de 1701. ARQUIVO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA, I Ofício de Notas, livro 1º, fol.199v. 15.11.1701. José Vieira Fiúza, juntamente com Antônio da Rocha Branco e Antônio Carvalho aparecem como réus num processo de confisco por trânsito na estrada proibida da Bahia, de 15 de novembro de 1701. BNRJ, Div. Mss., I-25,26,34.

Vimieiro, governador da Bahia, o padre Antônio Curvelo era vigário do arraial de Matias Cardoso em 1718.⁴⁹

O que se sabe com segurança é que a cidade que leva atualmente seu nome, e que antes conhecida como arraial dos Morrinhos, foi de fato o arraial do filho de Matias Cardoso, Januário Cardoso de Almeida, cuja igreja monumental fez construir, e no interior da qual foi sepultado. Cunha Matos assinalava que o arraial dos Morrinhos fora fundado pelo mestre-de-campo Januário Cardoso de Almeida, “conquistador e povoador destes sertões antes do ano de 1712. Sua fundação deveu-se às inundações que obrigaram a que se abandonasse o arraial velho (ou do Cardoso).⁵⁰ A menção ao ano de 1712 está inequivocamente relacionada à enchente que nesse ano Cunha Matos dizia ter sido muito forte.⁵¹ A descrição de Cunha Matos, porém, confunde o arraial do Meio com o dos Morrinhos: o “arraial chamado do Meio (...) em que existem três morrinhos que deram nome ao presente arraial”.

A denominação original era “arraial dos Morrinhos”, a julgar por um documento de 1728, redigido e assinado pelo próprio Januário Cardoso.⁵²

De Januário Cardoso restaram menções em documentos esparsos.⁵³ O ano de sua morte coincidiu com o de outros atores importantes da história da ocupação dos sertões: Garcia d’Ávila, Pedro Barbosa Leal, Salvador Correia de Oliveira.⁵⁴ No ano seguinte, o roteiro de Quaresma Delgado menciona o “arraial velho do defunto Januário Cardoso”, e um “arraial novo dos Morrinhos, de Domingos do Prado [primo de Januário Cardoso]”: “do arraial velho ao arraial novo dos Morrinhos de Domingos do Prado há por estrada duas léguas e um quarto, e de distância, uma légua e três quartos; bom caminho à beira do rio de São Francisco.” Ora, o autor do roteiro iden-

49 *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.5, p.218-220, 1900.

50 MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais* [1837]. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979/1981, v.1, p.169.

51 Segundo MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais*, v.1, p.180-181. 1712 foi “memorável em razão da grande enchente do rio São Francisco no dia de São Romão, dia e enchente cujas memórias se pertuaram, dando ao distrito e arraial ... o nome de São Romão”.

52 Certidão transcrita em 1968 do livro de número 10, fols.38 e 38v. pelo escrivão de paz e oficial do registro civil de Itacarambi, Francisco Nunes Pacheco em BRAZ, Brasilino. *São Francisco nos caminhos da História*. São Francisco, 1977, p.609. Trata-se de um documento redigido no “arraial de Morrinhos”, datado de 15 de fevereiro de 1728, em que Januário Cardoso de Almeida Brandão, então administrador dos índios das Missões do Senhor São João do Riacho do Itacarambi, ordenava a redução dos índios “para não andarem por fazendas alheias, do riacho do Itacarambi acima até as cabeceiras e vertentes e descansos, extremado na Serra Geral para a parte do Peruagu, extremado na Boa Vista aonde deságua, para lá e para cá”.

53 Carta do governador-geral para Januário Cardoso, reportando a carta que este lhe enviou em 6 de julho de 1721, expondo o prejuízo que segue de serem sujeitos à jurisdição das Minas, e na qual se incluiu o edital do conde de Assumar acerca dos distritos até onde deve chegar a jurisdição do governo de Minas para com o da Bahia; Bahia, 26 de agosto de 1721. *DHBN*, Rio de Janeiro, v.44, p.136; Carga do governador-geral para Januário Cardoso, Domingos do Prado e Justças do rio de São Francisco, recomendando a execução de um bando ou edital incluso sobre os excessos de Manuel Nunes Viana; Bahia, 3 de março de 1722. *DHBN*, Rio de Janeiro, v.44, p.232; Carta do governador-geral para Januário Cardoso sobre o mesmo assunto; Bahia, 25 de fevereiro de 1725. *DHBN*, Rio de Janeiro, v.72, p.44.

54 AHU. MABA. Carta do vice-rei e capitão-general do Estado do Brasil, Vasco César de Meneses, conde de Sabugosa, ao rei D. João VI, sobre a morte do coronel Garcia d’Ávila, por apoplexia; do coronel Pedro Barbosa Leal, no seu engenho no Recôncavo, vítima de doença que durou alguns dias; no sertão, do mestre-de-campo Januário Cardoso, Estêvão Raposo [Bocarro] e do coronel Salvador Cardoso de Oliveira; Bahia, 30 de junho de 1734. cx. 48, doc. 4264.

tificava o “arraial velho do defunto Januário Cardoso” ao arraial do Meio. No arraial dos Morrinhos, informava existir “uma igreja, ... vera efígie como propriamente é, de tijolo e cal, que se faz tudo ao pé da mesma igreja, que é cercada à roda toda com seu muro e suas escadas que entram para o adro, que é todo ladrilhado de tijolo e terá de largura vinte palmos”.⁵⁵

Já o relato de Cunha Matos sugere que o arraial velho deveria ser identificado ao arraial de Matias Cardoso. Simeão Ribeiro Pires era de opinião que “o arraial [de Matias Cardoso] referido por Antonil se relaciona com um arraial de Morrinhos da Caatinga, que desapareceu com as enchentes. Para ele, o arraial de Matias Cardoso corresponderia ao local onde hoje se encontram as ruínas de Mocambinho, no município de Jaíba.⁵⁶ Somos de parecer que a igreja cujas ruínas nos alcançaram, era de fato a mesma igreja do antigo arraial de Matias Cardoso, e da qual por volta de 1700 o reverendo Paulino Pestana e Souza era pároco. De acordo com seu testemunho, esta era a igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso.”⁵⁷

Em apoio desta hipótese, lançamos mão do roteiro que Halfeld fez em 1854. De acordo com a medição por ele apresentada o local onde hoje se acha a vila de Mocambinho, na embocadura do rio homônimo, estaria situada na 64^a légua desde as cachoeiras de Pirapora. Destas 64 léguas, temos de excluir seis, que correspondem à distância entre o início da medição e a barra do rio das Velhas. Desse modo, a distância da barra do rio das Velhas até Mocambinho é de 58 léguas. Ora, a distância do arraial de Matias Cardoso até à barra do rio das Velhas, segundo o roteiro apresentado por Antonil, era de 54 léguas. Já a atual cidade de Matias Cardoso, antigo arraial dos Morrinhos, situar-se-ia a 69 léguas da barra. Portanto, o local onde estão hoje as ruínas de Mocambinho têm maior probabilidade de preencher os requisitos que a fariam ser o arraial de Matias Cardoso. A diferença de quatro léguas com relação à medida apresentada por Antonil

55 INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Index de várias notícias pertencentes ao Estado do Brasil e do que nele obrou o Conde de Sabugosa, no tempo do seu governo, CÓDICE 2.4.8. Outro documento de meados do século XVIII também afirmava que “Januário Cardoso era senhor do arraial e igreja dos Morrinhos”. SOARES, Manuel Ribeiro ou ALMEIDA, Vicente Gonçalves George de. Maranhão, ca.1747. Descrição do bispado do Maranhão. Apud: *Códice Costa Matoso*, p.917-942, p.942.

56 PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Montes Claros. s/e., 1979, p.89. Simeão Ribeiro apoiava-se em VASCONCELOS, Salomão de. *História geográfica de Minas Gerais*, v.4, p.19. A igreja dos Morrinhos foi descrita pelos seguintes autores: SOARES, Manuel Ribeiro ou ALMEIDA, Vicente Gonçalves George de. Maranhão, ca.1747. Descrição do bispado do Maranhão, p.917-942, p.942; LEME, Pedro Taques de Almeida Pais [1714-1777]. *Nobiliária paulistana histórica e genealógica*. 5^a.ed. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1980, v.2, p.196; HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. *Atlas e relatório concernente à exploração do rio de São Francisco desde a cachoeira de Pirapora até ao oceano Atlântico*. Rio de Janeiro: Eduardo Rensburg, 1860, p.12 (75^a. légua); BURTON, Richard. *Viagens aos planaltos do Brasil*, v.3, p.83; SAMPAIO, Teodoro. O rio São Francisco (1879). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.167, p.287-377, p.354, 1933.

57 AHU. MAMG. Sumário de Informação. Autos de inquirição de testemunhos feitos pelo corregedor Luís de Souza Valdez, da Comarca do Rio das Velhas, sobre Isabel Maria Guedes de Brito, filha do Mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito, descobridor dos sertões da Bahia, rio de São Francisco e rio das Velhas, 11 de agosto de 1724. cx. 5, doc. 47. “Ua Nay” é a forma como a palavra aparece no manuscrito. “Ua Nay” na pronúncia portuguesa tornou-se “anaio”. Nay corresponde, sem dúvida, a um ditongo. O escrivão adota uma nítida diferença de grafia para ditongos (Papagayo, arrayal, pay, Rey, Pereyra, Conceyçam), e hiatos (ahy, Pacohy). Outros registros sugerem a relação deste etnônimo com “bangaió” e “mongoió”.

deve-se ao fato de que o percurso era por terra, cortando as muitas curvas do rio São Francisco.

Outro fato importante refere-se ao sistema construtivo das ruínas da igreja de Mocambinho. Os tijolos, por exemplo, são idênticos aos da matriz de Morrinhos. Além disto, as medidas da igreja de Mocambinho revelam um templo modesto, mas extremamente sólido: paredes medindo um côvado precisamente (66 cm), uma nave com comprimento total de 25 côvados e largura da nave de 10 côvados. A mudança do arraial deve ter com toda a certeza ser atribuída às enchentes do rio São Francisco, e não estaríamos muito longe da verdade se situarmos a data de sua ocorrência em algum momento muito próximo a 1712. Como se sabe, esta foi uma “época memorável em razão da grande enchente do rio São Francisco no dia de São Romão”.⁵⁸ É de 1718 a última referência ao arraial, cujo pároco era então o padre Antônio Curvelo d'Ávila.

Se esta hipótese corresponder à realidade, teríamos então como primeira consequência um marco consistente da extensão territorial daquele “prêmio” que Matias Cardoso recebeu do mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito.

O arraial do Brejo do Amparo

Outra história é contada a respeito da conquista e ocupação das terras da margem esquerda do São Francisco, desde os rios Carinhonha e Verde até o das Velhas. Esta outra versão apareceu pela primeira vez estampada nas páginas do jornal *A Luz*, de Januária. Foi em seguida publicada pela *Revista do Arquivo Público Mineiro*.⁵⁹ Nesta versão Diogo de Vasconcelos inspirou-se para redigir o texto para sua *História Média de Minas Gerais*, no qual inseriu seus comentários e suposições. De acordo com esta versão, Manuel Pires Maciel, chefe de uma quadrilha de bandidos nas capitânicas do norte, homiziara-se em Minas Gerais, onde se relacionou com Januário Cardoso de Almeida. Instalado nas matas da Manga, atacaram “traíçoeiramente a uma grande taba de uma vasta ilha”, presumivelmente em 1690 ou 1691. O autor desta versão explica que esta “criminosa hecatombe foi coroada com o nome de vitória e a ilha, de São Romão, isto é, nesse dia (18 de outubro) a igreja festejava ao santo”. Em seguida, Manuel Francisco

58 MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais*, v.1, p.180-1.

59 Esboço histórico do município da Januária. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. V.11, p.373-397, (1906). A série artigos intitulada *Esboço histórico do município de Januária* deve ter começado a ser publicada entre junho de 1902 e maio de 1903. Isto porque o exemplar de maio de 1902, existente na Biblioteca Nacional, não traz nenhum capítulo desta série, e dos exemplares existentes na Hemeroteca em Belo Horizonte, o primeiro, datado de 28 de junho de 1903 contém uma continuação da história estampada na *Revista do Arquivo Público Mineiro* (“Brejinos nos séculos XVIII e XIX”). A Hemeroteca dispõe ainda dos exemplares de 5 de julho, 16 de agosto, 1º de outubro e 8 de novembro de 1903. O exemplar de 1º de outubro de 1903 nos revela algumas das fontes da tradição oral a que reporta o autor anônimo destas memórias: o major Pedro A. da Silva Gomes Bittencourt, “um dos decados da família brejina”, e Manuel Gomes de Carvalho, então com 99 anos, terno de Manuel Pires Maciel.

de Toledo, sobrinho de Januário, “a fim de eternizar o feito glorioso de seu tio, funda um povoado com o título de São Romão”.

Depois disto, Manuel Pires Maciel desceu o rio e acometeu a “pacífica aldeia do Itabiraçaba”, morrendo na ação o cacique e duas de suas filhas, “caindo prisioneira uma terceira filha, jovem ainda, em mãos desses salteadores”. Após a “indescritível ... carnificina na taba, cujo lugar ocupa hoje a igreja matriz”, Maciel, “satisfeito com a conquista e achando aprazível o lugar, a exemplo de Toledo, fixou aí a sua residência”, onde fundou um povoado, na área da antiga taba, que foi roçado e asseado por “índios escravizados seus e diversos aventureiros”, para a ereção de uma capelinha. Estabelecida a paz, “cuidou Maciel do desenvolvimento do novo povoado a que deu o nome de Brejo do Salgado, derivado da qualidade das águas e pântanos que até hoje são salobros”. O autor da memória acrescenta que esta capelinha foi consagrada à Nossa Senhora do Amparo e relata que, no momento em que escrevia [?1905], ainda existia “a primitiva imagem que é de cedro e tem a altura de 30 centímetros, mais ou menos”. Além disto, esta capelinha conservou-se até a sua reedificação, em 1803, coberta em parte de capim e em parte de telha. Pires Maciel também “preparou um engenho de madeira para açúcar movido por água, sendo este, segundo afirmam os mais antigos moradores, o primeiro no gênero do sertão, pretendendo mesmo alguns, do Brasil”. A filha prisioneira tomou o nome de batismo de Catarina, casou-se com Pires Maciel, a quem lhe deu um filho, que morreu menino e foi sepultado nas Pedras de Maria da Cruz, na igreja.

Ao que parece, o autor deste artigo colheu esta versão na tradição oral local, à qual cresceu aqui e ali de retoques romanescos. Debalde procurou documentos escritos em Januária, e lamentou “a ausência absoluta de provas mais autênticas, pela brutal incineração do antigo cartório e papéis da igreja do Salgado”. Segundo o autor, só restariam “desse passado poucos autos velhos de inventários divididos hoje entre os dois cartórios da cidade]”. Também consumidos pelo fogo foram os antigos papéis da igreja de Nossa Senhora do Amparo, “não há muitos anos”.

Uma versão algo diferente foi narrada em 1867 a Richard Burton:

Contaram-nos do Brejo a lenda romântica de sua origem. Quando o bandeirante português Manuel Pires Maciel estava descendo o rio, foi atacado, no afluente do Pandeiros, por um poderoso régulo que dominava 120 milhas da terra, entre a boca do Urucuia e a Carinhonha. Os vermelhos fugiram esparovidos e a mulher do chefe escondeu uma recém-nascida debaixo de um monte de folhas (...). Os cães dos conquistadores encontraram a criancinha, que foi batizada como Catarina, criada cristãmente e afinal veio a casar-se com o seu raptor. Deu-lhe duas filhas: Ana, que se estabeleceu com seu marido, João Ferreira Braga, no rio Acari; e Teodora, que se tornou a mulher de Antônio Pereira Soares.⁶⁰

60 BURTON, Richard. *Viagens aos planaltos do Brasil*, v.3, p.73-4.

Em parte, pelo menos, estes relatos parecem repetir a versão transmitida por outro texto, escrito com toda a certeza nos primeiros anos da década de 1820.⁶¹ Seu autor assinala que na ilha

que se diz 'a de São Romão', com meia légua de comprido e quase 400 passos geométricos de largo, ... consta por tradição constante e não controvertida, que houve uma aldeia de índios, os quais a desampara[ra]m depois de destroçados por Januário Cardoso, paulista, e Manuel Pires Maciel, europeu, em dia de São Romão. Não havendo certeza do ano desse fato, sabe-se, contudo, que fora antes de 1712...

Este autor acrescenta ainda que

conquistando os sertanistas Manuel Pires Maciel e o mestre-de-campo Januário Cardoso, os sertões até a barra do rio das Velhas, estabeleceu o primeiro a sua vivenda na parte oriental do rio de São Francisco, e o segundo no terreno ocidental sobre a margem do riacho Salgado, onde levantou um engenho de água: e deste princípio teve origem o arraial aí fundado.

Da ação de Manuel Pires Maciel como conquistador e primeiro mandatário dessa vasta área restaram-nos muito mais do que indícios. As sesmarias que a partir de 1727 se concederam nos caminhos de Goiás a membros de sua família (filhos e genros) referem-se à criação de gado *vacum* e cavalar no riacho Corrente acima até o riacho Santa Maria para a Serra do Paranã. É mesmo impressionante a concessão de uma sesmaria com 15 léguas em quadra (!) em 1735. O concessionário, Bernardo Domingues, declarou-se morador no Brejo do Salgado, e descobridor “nos gerais do rio São Francisco [de] um sítio da parte de Pernambuco pelo rio dos Pandeiros acima”. Disse ainda ter achado “o sítio quando descobriu sete taperas ou povoações de gentio bravo, e com gados e casa-forte que havia feito para livrar-se das contínuas invasões dos gentios que ordinariamente por aquele lugar saíam fazendo suas entradas aos moradores do dito Brejo do Salgado”. Sua propriedade confrontava-se com o ribeirão dos Três Monos, o riacho da Estiva e o ribeirão do Jenipapo.⁶²

O testemunho deste concessionário mostra-nos que, já bem avançado o século XVIII, a guerra dos bárbaros não havia acabado.

61 Memórias históricas da província de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.13, p.523-639, (1908). Estas memórias apareceram pela primeira vez como livro impresso por iniciativa de Bernardo Xavier Pinto e Souza, mediante assinaturas a contribuição de 2\$000 rs. A redação da *Revista do Arquivo Público Mineiro* julgava ter sido publicado entre o ano de 1849 e 1851. Pela forma e conteúdo, acredito ser da pena de José Raimundo da Cunha Matos.

62 Para uma relação completa das sesmarias concedidas entre 1727 e 1739 nesta região, cf. CARRARA, Ângelo Alves. *Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais*.